

Os entrelaçamentos escola, universidade, cursos de História e públicos: o curso de História da UFPR no seu apogeu como contraexemplo de História Pública

The Interlacing School, University, Courses of History and Publics: The UFPR History Course at its Peak as a Counterexample of Public History

Bruno Flávio Lontra Fagundes*

RESUMO

O presente artigo trata do entrelaçamento entre características da formação universitária em História, seu ensino escolar e os campos da história do curso de História e da História Pública, incentivando a análise da articulação entre História Pública e a história do curso de História da Universidade Federal do Paraná. O curso de História da UFPR foi consagrado pelo incentivo estrito à pesquisa acadêmica no momento desde o advento da pós-graduação no país em 1971. À luz da história pública e de suas motivações atuais, o artigo argumenta em torno do desenho programático do curso de História da UFPR, avaliando sua ênfase desproporcional à pesquisa em detrimento do ensino de História, deixando um legado de afastamento escola e universidade, para cuja análise uma visão do conhecimento histórico visto em relação com outros públicos aponta para o curso de História da UFPR como um contraexemplo de história pública.

Palavras-chave: cursos de História; História escolar; História Pública.

ABSTRACT

This article deals with the interweaving between characteristics of the university formation in History, its school teaching and the fields of history of the History course and Public History, encouraging the analysis of the articulation between Public History and the history of the History course of the Federal University of Paraná. The History course at UFPR was consecrated by the strict incentive to academic research at the moment since the advent of graduate studies in the country in 1971. In the light of Public History and its current motivations, the article argues around the programmatic design of the UFPR History course, evaluating its disproportionate emphasis on research to the detriment of History teaching, leaving a legacy of distance from school and university, for whose analysis a view of historical knowledge seen in relation to other audiences points to the History course at UFPR as a counterexample of public history.

Keywords: History courses; school History; Public History.

* Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão, PR, Brasil. parabrunos@gmail.com

Gostaria, antes de tudo, de frisar que certas afirmações aqui estão ligadas ao que eu mesmo testemunhei. Isso ocorre naturalmente quando vivemos momentos históricos diferentes sobre os quais discorremos ou aos quais fazemos menção. Também não prego o princípio de que a testemunha tenha, por ter vivido e visto, a vantagem sobre observadores indiretos. Este texto analisa legados e as disputas e lutas necessárias para ter de modificá-los.

O tema dos “públicos da História” tem aparecido mais na agenda de reflexão dos historiadores, induzido, creio, pelo burburinho polêmico do projeto de criação da profissão, mas não só.¹ A realidade da baixa procura pelos cursos de História, a dificuldade de preenchimento de vagas durante o processo de inscrição para seleções de pós-graduação, o excesso de concorrência entre profissionais em um contexto de pequena oferta de vagas, e mesmo a situação-limite de cursos que se têm fechado, ou na iminência de fechamento, estão também a provocar alertas. O que ainda não apareceu com a devida força na agenda de investigação foi o tema da relação entre os desafios que a área enfrenta já há algum tempo e os cursos de História com seus desenhos institucionais e desempenhos profissionais. Talvez fosse mais embaraçosa a situação se não vivêssemos uma sede de história.

Aliás, embora nem tão difuso, o tema de que trata este artigo está em uma área pouco conhecida, ou que tem crescido muito lentamente: a da história dos cursos de História. O estudo da história dos cursos indica, a meu ver, o que o curso se propõe a ser, qual o aluno ideal a formar, a função social que se dispõe a seguir, quais as contribuições de sua existência para a sociedade, se mais teórico ou mais pragmático, muito disso tudo observado por meio das disciplinas curriculares, suas ementas, suas referências bibliográficas, os projetos de toda natureza em que o curso se envolve, os públicos a quem diz se dirigir. A história dos cursos de História retira o “véu do rosto” do que o curso visa ou pretende com a formação que oferece.²

Discutem-se os currículos escolares e a formação do historiador começa a ser discutida, motivados, também, mas não só, por discussões derivadas do campo da história pública. Se, ainda, um campo dito “sem definição”, a dificuldade maior para uma definição de história pública está em evitar que alguma definição se sobrepuje às demais e, literalmente, acabe se impondo, ou sendo imposta. Este o perigo a se evitar, registrado pelo pesquisador Ricardo Santhiago sob a forma de uma solicitação de cautela quanto à internacionali-

zação da história pública: “Carecemos, apenas, de uma internacionalização estratégica que permita à produção intelectual brasileira ocupar um lugar de relevância no circuito de distribuição internacional do conhecimento” (2016, p. 31). Não deixa de ser uma forma de estudar a história dos cursos de História conhecer as consequências quanto ao que o conhecimento histórico a princípio elaborado por erudito – ou “homens de letras” – pretende ao fazer deste conhecimento histórico o conhecimento científico história – a partir de então um conhecimento regrado, controlado, cientificamente orientado e dirigido aos pares acadêmicos. Não é o mesmo que aconteceu em suas histórias com outros cursos, afinal talvez nenhum conhecimento seja tão social quanto o conhecimento histórico.

A área nova da história dos cursos de História não se dedica à relação da recepção da história acadêmica pela sociedade e a recepção da matéria História nas escolas, em que estão mais de cinquenta milhões de pessoas, talvez o maior público dos historiadores-professores que se fazem “historiadores públicos” na hora de ensinar – se entendemos por história pública que a história na escola é história “fora da academia”, onde os interesses dos públicos escolares não são os mesmos interesses dos historiadores acadêmicos – que são os próprios públicos de si mesmos dentro da universidade.

História “fora da academia” é quase um bordão da história pública. Como todo bordão, é algo redutor – isto é bom frisar, uma vez que uma definição ampliada de história pública postula que história já existe lá onde estão os públicos de alunos, sem precisar que a história vá até lá dizer-lhes o que é. A história pública já está nos públicos e eles criam suas histórias. Oficialmente, a expressão história “fora da academia” provém do texto de Robert Kelley, de 1978, considerado texto fundador do “movimento” da história pública (americana) no mundo ocidental – aceito, muito embora, com muita divergência. Segundo ele, “no seu sentido mais simples, História Pública se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia” (KELLEY, 1978, p. 111).

QUAL É O SENTIDO DE HISTÓRIA PÚBLICA USADO AQUI?

Se uma das definições do campo da História Pública pode referir-se à escola como lócus de um público de mais de cinquenta milhões de seres que

consomem História – conteúdos de história consumidos muito mais de produtores não acadêmicos e descolados da matéria escolar História como vista nos livros didáticos e em suas práticas escolares cotidianas – isso não é tudo, porque um professor na sala de aula, a depender da acepção de história pública, é um divulgador de história para outros públicos que não são os acadêmicos. Em outras palavras: divulgação de história “fora da academia” para o público escolar.

A História Pública pode ser uma *história com o público*, e mesmo iniciativas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que constroem atividades as quais apontam a relação professor-aluno como relação construtiva de conhecimentos trocados – ambos têm história e conhecem, a seu modo, história, como quer o conceito de conhecimento histórico escolar e a noção de que tanto alunos como professores sabem história e a trazem para a sala de aula aprendidas por diversos meios – de conhecimentos trocados, do que redundam conceitos como os de *saber histórico escolar, cultura escolar, saberes docentes e discentes*. Experiências como o Pibid e de formação de professores podem ser experiências em que se observam preocupações com públicos cuja vontade e motivações para a História ultrapassam aquelas dos acadêmicos de História, mais firmemente ancorados na pesquisa erudita *tout court*.

A História Pública – se aceita como começada pelos americanos no movimento do fim dos anos 1970 – enfrenta desafios postos por vetores oriundos de, pelo menos, dois lados daquela conjuntura: desprestígio da função pública da História – função, em especial, da ausência de historiadores nas discussões públicas mais candentes, e questionamento de sua cientificidade, associada a sua inaplicabilidade – um campo cujo surgimento/crescimento também é tributário da emergência de públicos muito heterogêneos com histórias bastante diversificadas, concorrência de investigação rigorosa do passado com produtores de resgates cronísticos do passado por prosadores habilidosos e a preferência de colegiais por “histórias não autorizadas” que estejam mais a seu alcance.

Beatriz Sarlo adverte-nos, os historiadores acadêmicos: temos perdido aquela concorrência com produtores de História não acadêmicos porque não oferecemos um paradigma unificador, mas também por “suas próprias restrições formais e institucionais” (SARLO, 2007, p. 15), circunscrevendo-a ao

círculo de sábios acadêmicos, supostos superiores, numa relação hierarquizada com o público não formado. Já ficou enfadonho dizer que historiadores só conseguimos falar para nós mesmos.

Sarlo alerta-nos, ainda, de que, hoje, a História vale no mercado de bens simbólicos como a História valeu para a construção dos Estados Nacionais no século XIX. A função pública da História não pode ser a mesma que o século XIX requisitou um dia. Por incrível que pareça, uma consulta aos projetos político-pedagógicos da maioria de nossos cursos de História – que naturalmente vão para as escolas como função da matéria escolar “História” – revela que muitos cursos ainda vivem com convicção do antigo emblema da formação dos cidadãos críticos e participativos que vão interferir na sociedade para mudá-la. Isso não é difícil de constatar: o leitor pode verificar nas páginas da *web* de apresentação dos cursos de História brasileiros no tocante à função dos cursos ou no perfil do profissional que explicitam – ou prometem – formar. Ainda não conseguimos escrever como finalidade de nossa formação algo que não se pareça com aquela oitocentista memorável função da História. Não é, convenhamos, uma herança fácil de ser desfeita.

A tópica dos desafios da História, hoje, implica um paradoxo já bem registrado: simultaneamente uma baixa procura por cursos de História combinada com alta procura por História; uma procura motivada por uma “obsessão patrimonialista” (HUYSEN, 2000). E por várias afirmações afins – que seria ocioso lembrar e que o leitor atento já terá visto bastante por vários textos.

Por outro lado, admitida outra acepção de história pública, mais próxima da divulgação de conhecimento acadêmico *expert* a públicos “fora da academia”, ainda assim a história na escola é divulgação da produção de conhecimento inevitável da história que devem ser levados para os alunos da escola – num processo que não deixa de ser de difusão de história. Esta acepção da história pública entende o público como alguém que está lá à espera de alguém que vai dizê-los o que é e o que se precisa aprender de história – ratificados por exames escolares. A escola, bem entendida, pode ser um lugar que dá ensejo a se pensar que, uma vez o professor sendo alguém que diz, conta, explica (conteúdos de) história, ele estará fazendo história pública.

Na realidade, uma boa divulgação de história, seja na escola ou em qualquer lugar, não depende de linguagem, mas do que o receptor pensa ouvir. Ela é mais uma procura por memória do que por história. Segundo Sarlo, “são

versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação” (SARLO, 2007, p. 15).

Este registro é importante, uma vez que a distinção história e memória, tão ciosamente feita por historiadores profissionais, não é fato incontestado ou do interesse dos escolares. Talvez mesmo consideradas “tudo a mesma coisa”. Como lidar com esta questão aparentemente capciosa? Dentro de cursos de História, a memória recebe o tratamento crítico devido à necessária distinção da História entendida como “investigação”.

Historiadores investigativos, ciosos do dever profissional, como autores credenciados, historiadores devem distinguir conceitualmente história de memória e bradar que o que os produtores não acadêmicos de História fazem não é história, mas memória. Não obstante, colegas que, convidados por comunidades ditas “vulneráveis” para assessorarem na confecção de seus museus virtuais, informam que, para esse novo público de História, memória e história são uma só coisa. Como operar com aquela distinção tão importante para “uso interno” da comunidade acadêmica de historiadores quando públicos externos não a acham pertinente e/ou relevante?

MEMÓRIA E HISTÓRIA: A MESCLA PRODUTIVA DE ONDE SE PROJETA O SABER DISCENTE À LUZ DA TEORIA DA HISTÓRIA

Em grande parte, a área de Teoria da História fornece fundamentos para a discussão da distinção entre memória e história, e é da área do Ensino de História que provém, a meu ver, a discussão mais produtiva sobre como aproveitar a memória como material da história a fim de se articularem as memórias socialmente instituídas que os colegas manifestam em suas expansões sobre as histórias que vivem – principalmente as histórias imaginadas que encontram nas mídias. Em texto tanto provocador, quanto renovador, o historiador Jurandir Malerba (2014) examina a inserção de historiadores no universo das mídias do ponto de vista do campo da História Pública a partir de literatura americana sobre o campo. O autor faz colocações sobre o serviço prestado por historiadores no curso normal de suas atividades, ao mesmo tempo em que – atormentado pela concepção de autoridade histórica que advém de atividades “autorizadas pelo universo *online*” ratificadoras do mundo pós-

-verdade do digital – adverte para as distinções entre os procedimentos a serem observados entre historiadores acadêmicos brasileiros quanto a seu ofício intelectual se comparados com o que fazem profissionais não historiadores. Estes, segundo o autor, terminam por se tornar avalistas de histórias muitas vezes questionáveis, embora feitas com prosa agradável e atraente. Em vista disso, o pesquisador Jurandir Malerba protesta por mudanças urgentes de postura de historiadores acadêmicos brasileiros a fim de conquistarem espaços de emissão de história em mídias, argumentando que a autoridade de historiadores está sendo desmanchada pelo caráter público – processo, segundo ele, endossado por iniciativas de história digital dita “pública” que favorecem qualquer um ser historiador e falar do passado sem passar pelo crivo da validação acadêmica de resultados.

Nas escolas, quando estimulada por encaminhamentos didáticos adequados, a memória pode ser recurso poderoso por meio do qual se examina a difusão das narrativas históricas públicas que, em diversos suportes e linguagens, seriam capazes de disparar atividades de ensino-aprendizagem e de promover o conhecimento como questionador de memórias consagradas e estabelecidas. O ponto de partida deve ser a memória que os colegas trazem para as salas de aula sem desqualificá-las.

Helenice Rocha argumenta em benefício, a meu ver, de uma das saídas para se viver a função da História na escola. Em seu texto “A presença do passado na sala de aula”, a autora sugere-nos: a experiência vivida na escola, transformada de uma vivência do passado provocada pelo professor, pode nos tornar mais humanos, uma vez que colegas consigam viver, que seja por alguns minutos, uma experiência de distanciamento no tempo, de deslocamento do aqui-agora, para algo que seria o antes-longe daqui. Isso seria bastante educativo e formador, ao fazer colegas tocarem na dimensão temporal de suas vidas, num processo de “produção de efeito de presença do passado” (ROCHA, 2014, p. 44). Professores usam de jogos, games, filmes, materiais de difusão de história diversos, não importando, inclusive, se como entretenimento.

Vivemos um tempo em que discutir o desafio social por que passa a disciplina História requer vê-la como foi organizada, com que fim, com que postulados, visando a que formação. História dos cursos de História, pois. A história se tornou ciência e Stephan Bann (1994) já nos indicou um caminho investigativo: a História é um conhecimento absolutamente social, mas o que

acontece em uma sociedade quando um saber que é legitimamente de todos se faz um saber de poucos, que passa a dizer por todos a História de todos?

Outro fator explosivo e sem muito contra-argumento a favor do desinteresse por cursos de História é o da falta de oferta de proposições aplicáveis da pesquisa básica em História. Em livro de 1968, republicado no Brasil, *O declínio dos mandarins alemães*, Fritz Ringer (2000) revela, lamentavelmente ou não, como eruditos alemães no século XIX – mesmo que fazendo toda a espécie de política com que pudessem garantir seu prestígio público e seus lugares na ciência alemã – não conseguiram conter a pressão por demanda de conhecimentos práticos úteis em um país que se urbanizava e se industrializava.

Os desafios que nós, historiadores, vivemos hoje sobre a “função social” da história vieram até nós por uma trajetória histórica que nos conduziu até eles. Avaliar a história dos cursos de História é avaliar como se construiu o padrão de cursos que só conseguem se auto atribuir uma função dignificante de produzir o esclarecimento das realidades olhando para seus passados. Foi o que fez o curso de História da UFPR nos anos 1960 e 1970, colaborando bastante no ponto de um trajeto em que estamos hoje.

O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E ALGUNS DE SEUS FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

O curso de História da UFPR quis ser, a certa altura de sua história, mais do que nunca, um curso de ciência com a categorização de um saber institucionalizado, de definição rigorosa de métodos, práticas de ensino, função social, metodologia, práticas de trabalho, perfil destacado e cioso do que seria o profissional que se propunha formar, e o que o curso fez, o fez de modo destacado para seu tempo. Identificou exaustivamente arquivos, levantou-os, localizou e disponibilizou documentação da história paranaense alinhada à ideia de que ela seria imprescindível ao desenvolvimento nacional naqueles anos, quando seu mestrado, criado em 1971, logo se qualificou como o primeiro mestrado em História no Brasil de universidade federal reconhecido como “de excelência”. Durante seus primeiros anos de funcionamento, os encontros da APUH sempre registraram o empenho do curso de História da UFPR de cuidar dos arquivos brasileiros, solicitando a todos os demais cursos que fizessem o mesmo.

Não obstante seu exemplar trabalho de levantamento de arquivos para-enses visando a benção científica, tal passado do curso de História da UFPR ensina-nos, por outro lado, que aquela experiência do curso em seu apogeu nos anos 1970 legou-nos uma herança, hoje, a meu ver, datada, além do que uma herança que não nos ajuda muito a lidar com os dilemas pedagógicos e institucionais que vivemos hoje. Há muito o que aprender com ela quando o assunto é contestar o papel da universidade voltado estritamente à pesquisa.

Em seu texto “A universidade e a formação de professores – uma discussão necessária”, Luciano Mendes de Faria Filho é categórico quanto à tradição da universidade brasileira. “[...] os professores universitários participam, porém, de uma cultura acadêmica em que os modos de consagração são, todos eles, referentes ao campo científico-acadêmico” (FARIA FILHO, 2014, p. 92). Voltando ao curso de História da UFPR, é de se registrar o destaque de seus professores de proa que ajudaram a conceber/criar, em 1981, como dissidência da ANPUH, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), aguerrida defensora do exclusivismo da ANPUH para a pesquisa e o conhecimento novo dos *experts* como missão indiscutível da universidade no exato momento em que professores de escola e pós-graduandos queriam espaço nos eventos da associação. O argumento revelado para a criação da novel sociedade era o de que a SBPH manteria o nível da pesquisa histórica e de cientificidade da história ao afastar-se de professores de colégios e alunos de pós-graduação, os quais, desde meados dos anos 1970, reivindicavam participar da ANPUH. A época era outra, é certo.

Para a confecção de uma universidade, conforme Faria Filho (2014) diz acima, marcada por “modos de consagração” devotados exclusivamente à pesquisa, o curso de História da UFPR muito contribuiu, e o fez de maneira exemplar – como ressaltei.

Aprendemos com o curso de História da UFPR que “via de regra mestres improvisados e sem preparação específica”, diga-se, professores de Ensino Secundário, não podem ficar “a passeio” com “Livro Tombo de importante Matriz, debaixo do braço, a título de estar realizando pesquisas históricas com seus alunos” (WESTPHALEN & BALHANA, 1969, p. 6). O curso de História da UFPR exprimia um padrão de cursos que nos conduziu a muitos de nossos dilemas atuais ligados ao afastamento universidade-escola.

Sua preocupação com o ensino era tão honesta quanto com a pesquisa

expert, pelo menos nominalmente. Havia ações voltadas ao ensino, especialmente em aulas de reciclagem – os antigos “cursos de reciclagem de professores” – para docentes secundários e palestras em cursos de extensão, mas qual ensino? Hoje, os “cursos de reciclagem” de professores, então professores secundários, já são de triste memória, ultrapassados pela crítica das teorias do ensino de História.

Textos atuais de autores da área do ensino de História ajudam a pensar. O público escolar procura História, precisa dela e a quer, mas não as histórias dos profissionais historiadores acostumados ao bordão, até não muito tempo atrás ouvido pelos corredores onde funcionavam cursos de História, de que “quem não deu para pesquisa, vai para o ensino”. Pobres dos que escolhiam a licenciatura.

Abordagens da Teoria da História e da área de ensino de História ajudam a perceber o que um padrão de curso nos ensinou e sobre o qual só, hoje, conseguimos refletir: o que é a História para a escola, para a universidade, para públicos não especialistas? Excluindo, por um instante, a suposta impertinência da reflexão – comum nos anos 1960 e 1970 – da inaplicabilidade da História a coisas práticas da vida, precisamos pensar como nossos cursos foram estruturados, como o conhecimento histórico foi elaborado e, principalmente, refletir sobre os universos diferentes a que um conhecimento acadêmico histórico e um conhecimento escolar histórico têm em mente. Os interesses, certamente, não são os mesmos.

Ao se preocuparem com a formação do professor secundário, com a formação do que seria o ensino básico, hoje, os professores de História da UFPR, em discussões dos anos 1960, tinham a preocupação de “entrosar” as disciplinas de conteúdo com as disciplinas pedagógicas, e, em fazendo isso, havia um pressuposto: o de que a escola, ou que nas escolas, haveria interesses na História que seriam os mesmos interesses da universidade. Ao compor seus conteúdos definidos em currículos que normatizavam esses conteúdos, a universidade sempre imaginava que havia na escola uma espera do que ela – universidade – produzia em História, como se a escola fosse a primeira infância de uma vontade de História que aconteceria em um determinado momento adulto dos colegiais.

Qual é o problema nesse raciocínio? A universidade sempre considerava o vínculo entre o saber histórico acadêmico e o escolar sem vê-lo do ponto de vista da escola! A universidade sempre acreditou que o problema estava na escola e nunca na universidade. O que acontece – talvez há pouco mais de 30

anos – é que os colegiais passam a ser vistos não mais como futuros historiadores ainda infantis. Teorias do ensino de História novas aportaram e aquelas que nós, historiadores, usamos hoje, postulam a aproximação da escola com a universidade e não o distanciamento. Contra o argumento de que não é possível cometer anacronismos, o que afirmo está sobre a herança deixada pelo curso de História da UFPR e não sobre seu valor lá, nos anos 1970, para o que só tenho elogios. Historiadores preocupados com a função pública da história e seu ensino, porém, não devem ter como baliza o auge do curso de História da UFPR naqueles anos 1970, auge que esteve lidando muito mais com a missão de firmar uma história ciência e o dilema é que aquele exemplo não deve ser mais ser exemplo nos dias de hoje se desdenha do fato de que na escola também se constrói conhecimento histórico.

Os postulados novos passaram a ser que o que os escolares querem com a História não é aquilo que os universitários querem com História. Firmou-se uma diferença, porque a escola não é a primeira infância do que a história universitária tem a lhes oferecer na fase adulta. Não é. Os interesses dos alunos na escola em História são diferentes dos interesses dos universitários em História, mas os níveis de ensino precisam se ligar. Isso não deve alterar em alguma medida o processo de produção do conhecimento acadêmico? Sim, pelo menos sob uma perspectiva de História Pública que não se encerra na interação autorreferente dos pesquisadores e acadêmicos.

A área de ensino de História, quando começa a fixar conceitos como o de “produção do conhecimento histórico *escolar*”, “cultura histórica *escolar*”, “saber histórico *escolar*”, “História *escolarizada*”, passa a perceber que o empenho da universidade em entrosar aqueles conteúdos específicos com os conteúdos pedagógicos incorria na distorção de não olhar para aqueles que recebiam a História.³ Qual o interesse em História na escola? Em um determinado momento, observa-se que os interesses não são os mesmos, e isso deixa a universidade em certo dilema, pois os cursos de História foram desenhados segundo o princípio de que o interesse por História da universidade e da escola eram semelhantes. Voltada para si mesma, a universidade historiadora reclama de que a escola – pela régua de medida da universidade, sempre – piora o conhecimento histórico acadêmico. No entanto, frisemos: a História na universidade não é a História da escola. Não ensinamos para formadores de futuros historiadores. Isso não deveria mudar conteúdos, práticas, rotinas, convenções, en-

caminhamentos didáticos já dentro de cursos universitários de História? Como se relacionam esse desenho de cursos e o conhecimento histórico produzido?

Olhar para a História na escola, sob perspectiva da escola e não da universidade, coloca a questão de que não é apenas se “entrosando” – como se dizia nos anos 1970 – disciplinas de conteúdo com disciplinas pedagógicas que a questão se equaciona. É ver quais são os interesses da escola na História, sem achar que a escola quer ser, no futuro, aquilo que a universidade é, hoje.

Hoje trata-se de indagar a que públicos nos dirigimos – se isso nos contenta e é nosso desejo – e a que públicos não nos dirigimos e quais os obstáculos conceituais e institucionais para fazer uma transformação disso.

Para essa atividade, nossos cursos não só não formam como também parecem insistir em não formar, com o que se pergunta: conseguirão fazer isso sem que se questione para *que* e para *quem* serve a História que se produz? Trata-se de fazer a correção de uma distinção entre ensinar para o Ensino Superior e ensinar para a Escola Básica. É notório que começar por conquistar o grande público de História na escola é estratégico. Programas de formação como o ProfHistória estimulam ações e iniciativas inovadoras e criativas. Há muitos fatores a serem levados em conta. Restrinjo-me, aqui, a referir ao que têm dito e escrito alguns autores mais, inclusive, da área de ensino do que da área de História, propriamente.

Para que serve a História na escola? Para que serve a História na universidade? O texto de Helenice Rocha mencionado acima oferece resposta destituída de juízo de valor e de função dignificante. A simples presença do passado na sala de aula, relevando materiais de divulgação da História provenientes da sociedade em geral, sem se restringir ao material da academia, já seria responder bastante bem a um profissional formador que ainda bebe na fonte de uma História que, um dia, se auto atribuiu uma função sumamente relevante e dignificante para que a carreguemos ainda hoje como ideal datado e idealizado que é, e do qual nosso conhecimento do passado parece ter sido escrito e organizado.

O LEGADO DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFPR NOS ANOS 1970 NO SEU APOGEU: O QUE TEM A NOS DIZER, HOJE?

Como conhecer o que conhecemos e elaboramos com o nome de História – prestigiando práticas de aprendizagem, conteúdos a serem sabidos, marcos

temporais a serem lembrados, narrativas a serem privilegiadas, causas para não serem esquecidas – como elaboramos nosso saber em um contexto que cada vez mais nos exige saberes práticos e úteis? Quando a disciplina de História se torna ameaçada nas escolas a serem trocadas por uma mescla de conhecimentos não curricularizados a que é dado o nome pomposo de “Humanidades”?

O exame da história do curso de mestrado em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criado em 1971, revela que, durante os anos 1970, o curso viveu seus anos dourados sob o comando de alguns professores que se tornaram quase ícones nacionais da consagração de uma história científica que concedeu o *status* ao curso como “curso de excelência” em permanente interação com pesquisadores internacionais – principalmente franceses – e internacionalmente reconhecido pelo desenvolvimento de metodologias quantitativas na investigação do passado paranaense entendido como história da ocupação territorial do estado em uma linha de história demográfica.

Foi, naqueles anos 1970, um curso que desenvolveu grande trabalho de localização e descrição de grandes acervos históricos, tomando a si a tarefa de arregimentar documentação que oferecia a seus participantes os atributos de “oficiais de arquivo” e ao curso a identidade de “história-ciência” fechada a *experts* da investigação e da produção de conhecimento novo.

Defendo para aqueles anos 1970 do curso de História da UFPR que suas diretrizes visavam a um conjunto restrito de historiadores-cientistas distintos e superiores a quaisquer outros agentes, públicos ou não, que viessem a escrever e/ou difundir o estudo da História do Paraná, incluindo-se, principalmente, professores e alunos de ensino fundamental e médio, alçados à condição de meros reprodutores de história acadêmica e inconvenientes ao processo de produção de História – agentes não compreendidos, pelas teorias de então, como portadores de saber histórico coletivo socialmente legítimo.

Outros aspectos da criação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) e da relação do curso da UFPR com o marxismo indicam uma sugestão de análise teórico-metodológica. Do curso de História da UFPR saíram figuras que estiveram à frente da criação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), uma vez que a ANPUH sofria resistência sistemática de muitos professores que desejavam uma História especialista para especialista.⁴ Na UFPR, lidera o movimento de criação da SBPH a professora Cecília Maria Westphalen, na época integrante da diretoria da ANPUH. No arquivo de Wes-

tphalen, há documentos que registram os bastidores da criação da Sociedade. A Sociedade pretendia continuar o legado das primeiras ANPUHs, que fazia exclusivo para os associados a possibilidade de dizer história no Brasil.

Historiadores especialistas ciosos da *expertise* histórica eram convictos da ideia de que professores acadêmicos não podiam se misturar a alunos e a professores do ensino básico nem a alunos de pós-graduação sem pesquisa terminada. Isso poria em risco as pesquisas e o desenvolvimento da ciência da História, entendiam. O curso de História da UFPR teve papel relevante na criação daquela entidade, principalmente encarnado na figura da professora Cecília Westphalen. O curso da UFPR seguiu a tradição de tentar fazer os cursos sempre e cada vez mais próximos dos grandes centros de produção historiográficos nacional e internacional.

Formulações atualizadas voltam-se sobre o passado para revê-lo, a fim de examinar heranças recebidas e lidar com elas. A história da História e o ensino de História me ajudam a perceber o que um padrão de curso me ensinou e sobre o qual só hoje consigo refletir: o que é a História para a escola, para a universidade, para públicos não especialistas? São distinções que informam minhas indagações. Investigar a história da História, como organizada em cursos, é verificar o que eles fazem – ou não – para lidar com o valor e com o tratamento que agentes sociais atribuem à memória, fazendo-a passar como única. O curso de História da UFPR, em seu apogeu nos anos 1970, encarnou bastante bem a ideia da consagração universitária – e de suas políticas e premissas – por meio das atividades de pesquisa que dominam o sistema de ensino superior brasileiro.

A colaboração do curso de História da UFPR para a constituição de uma ciência histórica no Brasil é robusta, mas, a certo momento, não se pode desprezar que, provavelmente, seu desenho institucional e suas finalidades públicas não resistiriam – à luz das teorias desenvolvidas depois e vigentes hoje – a críticas sobre sua inadequação a alguns dilemas postos ao campo histórico, hoje, em função dos desenvolvimentos intelectuais posteriores – desenvolvimentos de cujos resultados a História Pública cresceu. O curso de História da UFPR teve papel relevante em auxiliar direto na formação acadêmica em História distante de outros públicos – ainda não somos assim, em grande medida? – fazendo mesmo críticas cruciais ao destino de nossa profissão. Se muitos outros cursos de História então se acreditavam voltados para públicos com

quem se comprometiam por causa dos movimentos sociais nos anos 1960 que supunham reformas estruturais no país que o salvassem de seu passado histórico, esta convicção não teve guarida no curso de História da UFPR. Ele discrepava de outros cursos de História existentes então. A rejeição ao marxismo que o curso de História da UFPR pratica, já nos anos 1960, reage a outros cursos que se acreditavam mais próximos de outros públicos além da academia, e exemplifica a inexistência de função crítica do curso da UFPR, que se queria – e isso fez bem – um curso formador de oficiais de arquivo.

A criação em 1971 do curso de mestrado em História da UFPR disparou a formação de uma mentalidade diferencial de seus professores em torno do aperfeiçoamento científico e técnico do historiador. O curso assim o fez, com ações voltadas para a identificação, conservação e localização de arquivos públicos administrativos, paroquiais e cartorários. A existência e a identificação de séries de documentação regular favoreceram o desenvolvimento de pesquisas quantitativas baseadas no tratamento e na apresentação de dados estatísticos. O curso do Paraná tornou-se exemplar e coevo com outros centros internacionais.

Em 1978, Cecília Maria Westphalen concedeu entrevista pequena à revista *Veja* sobre o contexto da abertura política brasileira e a relação com a universidade. À professora é feito o seguinte comentário: “A UFPR é conhecida com tendo um ‘pensamento de direita’”. A professora profere resposta que reporta a universidade ao que seria a tônica do curso do qual ela era professora, afirmando que o Paraná é democrata e a universidade profundamente inserida na vida da região. Recai sobre o curso de História da UFPR a acusação de não ter criado problemas para a ditadura. O que já era bastante para ele ter sido poupado dela.

Há documento no arquivo de Westphalen, uma folha sem data, solta, com o título de “Comentários ao relatório da área de História”, provavelmente comentários ao *Diagnóstico e Avaliação dos cursos de História no Brasil*, de 1986. No interior do texto, há o que seria uma primeira parte, intitulada “decálogo do malquerer”, em que o autor, com linguagem semelhante ao vocabulário da entrevista à revista *Veja* pela professora Cecília citada acima, dizia que não era possível “fazer concessões a ‘modismos e patrulhamentos’ ideológicos”. A afirmação, suposta da professora Westphalen, é indicativa e taxativa acerca dos “historiadores marxistas”. O curso de mestrado de História na UFPR – no contexto dos anos 1960 e 1970 – esteve favorecido ao não ser molestado, o que lhe permitia prover o estado do Paraná de uma história que elaborava um

conhecimento que não levantava críticas nem fomentava conflitos com os governos militares de então, além de não dar curso à difusão do pensamento e da doutrina marxistas.

Requeiro a possibilidade de que fatos como esses são boas chances de a universidade pensar a si mesma. E cursos de História pensarem suas histórias. Vivemos um contexto que, se não problematiza, bem pode chamar a atenção da própria universidade historiadora sobre sua relação com a vida pública – entendendo-se a imensa comunidade de cinquenta milhões de colegas brasileiros como seu principal público, e outros públicos, formados, que não se dirigem à História feita por historiadores profissionais.

Daí é que levanto hipóteses aqui sobre o papel da UFPR na constituição de um curso de História cientificamente orientado de prestígio nacional e internacional, ao mesmo tempo que distanciado da escola secundária e de outros públicos. Este seu legado a certo ponto de sua história. Avaliado pelos termos e aportes teóricos com que pensamos, hoje, a relação entre escola e universidade, tendo percorrido na história uma trajetória de atuação que consolidou o prestígio internacional da história-ciência nacional, seu padrão de curso auxiliou, no entanto, a deixar uma herança de dificuldades para rever a articulação entre universidade e escola.

Uma herança difícil de questionar – lentamente transformada – capaz tanto de distanciar escola e universidade, assim como de colocá-las mesmo em situação de rejeição. A História desenvolvida no mestrado em História da UFPR nunca teve em seu horizonte a ideia de que História é *do* público, é *para* ou *com* o público, como se caracteriza hoje a história pública. O gigantesco público escolar só era entendido como reprodutor de um conhecimento que jamais seria alcançado senão pelos acadêmicos cultivados nas sessões de debates entre pares.

Procurei compreender o passado deste curso a fim de pensar questões do presente como motivadoras de uma investigação pela história do curso de História da UFPR. A meu ver, um curso exemplar, tanto no que fez para a evolução da ciência histórica nacional, quanto para seu afastamento da vida pública – encarnado na escola que acolhe um público gigante.

A história dos cursos de História pode nos ajudar a entender o manto de cuja herança boa parte dos historiadores se acostumou a desdenhar, educados – segundo a organização de seus cursos de formação – para valorizar iniciativas de história que fossem feitas por acadêmicos para acadêmicos. Iniciativas como

os mestrados profissionais, e projetos como o da criação do profissional historiador, são ações que cursos de História tentam fazer para equacionar dilemas derivados de realidades novas. O enorme público escolar consome História, e se faz público de história assim que giramos nossa visão sobre ele como receptores de História por outros meios, meios com conteúdos muitas vezes bastante questionáveis, os quais, no entanto, competem com conteúdos escolares curricularizados e cientificamente orientados pela matéria escolar História.

Todas essas iniciativas e ações trazem fundamentos e razões que deslocam e/ou reveem a função da História, perfil profissional, áreas de atuação, focos de formação, desenhos institucionais de cursos, de modo a pôr em xeque uma ontologia do “ser da História”.

A importância atribuída à investigação sobre a história dos cursos de História é recente na universidade, em especial junto à comunidade de historiadores, muito embora seja um excelente laboratório de observação de heranças recebidas que atravessaram os tempos sem serem postas em discussão. Heranças com herdeiros que não gostam de assumir parte de responsabilidade pela perda de prestígio da História Ciência na consciência pública para histórias metodologicamente inconsistentes de produtores não acadêmicos. Apesar dos muitos e razoáveis questionamentos sobre a função da História, de seu ensino, dos modos e pertinências de sua formação, há um universo de públicos que se tornou implicado com a História, que a consome por outros meios, e que antes não se cogitava pôr em discussão e valorizar. Mas públicos que, agora, é imperativo sejam considerados.

Em geral, professores e alunos foram o foco das análises, embora haja fatores que põem desafios e acionam dilemas ao universo da História universitário-científica cujo destino não deveria ser o desdém, mas o aprofundamento da atenção com o que muda e com o que tem mudado. Fatores como a expansão de consumidores de História e de seus produtores, o regramento da produção de memória que afronta os princípios da investigação da ciência histórica, os usos do passado para fins particularistas e metodologicamente inconsistentes, a variedade dos lugares de ensino/aprendizagem, a divulgação/difusão. No seio das discussões à luz do campo da História Pública, Albiéri advoga que não devemos “abolir a ciência em favor da História Pública, mas não menos considerar a História Pública uma espécie de deformação que a ciência histórica deveria ignorar” (ALBIERI, 2011, p. 28).

Revelar informações sobre a história do curso de História da UFPR, em especial seu mestrado, é oferecer alguns parâmetros que envolvem o esforço de definição do que, hoje, seria o conceito de “história pública”. Visando, atualmente, o empenho de praticantes da área de História dedicados a conceituar o que seria “história pública”, a história do curso de mestrado em História da UFPR e os resultados de sua atuação nos anos 1970 podem apontar em que medida, e o que, historiadores não devem fazer se quiserem ser mesmo historiadores públicos, cuidando para não serem um contraexemplo, pois, se alguma história quiser ser “pública” mesmo, nunca o será se se tomar como espelho o que foi e fez o curso de mestrado em História da UFPR nos anos 1970 ao afastar-se profundamente da escola, a ponto mesmo de alguns de seus professores defenderem com veemência que a ANPUH teria de ser rigorosamente restrita aos pesquisadores acadêmicos. Pós-graduandos e professores de escola no seio dos *experts* e especialistas, nem pensar!

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, Sara. História Pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, J. & ROVAI, Marta. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de O. (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2011.
- BANN, Stephen. *As invenções da História*. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A universidade e a formação de professores. In: SOUZA, João Valdir Alves de et al.. *Formação de professores(as) e condição docente*. Belo Horizonte (MG): Ed da UFMG, 2015.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & Ensino de História*. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora; Universidade Candido Menses; Museu de Arte Moderna, 2000.
- KELLEY, Robert. Public History: its origins, nature and prospects. *The Public Historian*, 1978.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, agosto, p. 27-50, 2014.

- MESQUITA, Ilka M de & ZAMBONI, Ernesta. A formação de professores na trajetória histórica da Associação Nacional de História (ANPUH). In: FONSECA, Selva G. & ZAMBONI, Ernesta. *Espaços de formação do professor de História*. Campinas: Papirus Editora, 2008. p.131-162.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado*. Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora da UFS, 2011.
- RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães*. A comunidade acadêmica alemã. 1890-1933. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- ROCHA, Helenice. A presença do passado na aula de História. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. (orgs.) *Ensino de História*. Usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.) *História Pública no Brasil*. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2016.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti. 1969b. Introdução. *Boletim 9 da Universidade Federal do Paraná, Arquivos Paranaenses*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História, Curitiba, p. 5-18.

NOTAS

¹ Este texto foi firmado antes da aprovação da regulamentação da profissão.

² Aqui, faz-se necessário o registro de que no Brasil talvez a maior militante do campo e uma de suas mais imponentes praticantes é a historiadora Marieta de Moraes Ferreira.

³ A pesquisadora Thais Nívia Lima e Fonseca reparte as análises da área do Ensino de História em duas correntes de pensamento: a dos autores que examinam o processo de ensino e da escola por uma teoria dos saberes escolares e das práticas institucionalizadas, e outra corrente, que conta com os aportes da História Cultural. A autora diz-nos que a segunda corrente ensina que os alunos e alunas se apropriam de um saber histórico, fazendo dele algo que muitas vezes não estava previsto pelo enunciado e por quem enunciava conteúdos e saberes a serem aprendidos (Fonseca, 2011, p. 15-25).

⁴ Sobre a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, ver Mesquita e Zamboni (2008), Oliveira (2011), e Fonseca (2011).

Artigo submetido em 29 de setembro de 2020. Aprovado em 05 de fevereiro de 2021.